

A HOMOSSEXUALIDADE NA CONCEÇÃO AFROCENTRISTA DE MOLEFI KETE ASANTE: ENTRE LIBERTAÇÃO E OPRESSÃO

HOMOSEXUALITY IN THE AFROCENTRIC CONCEPTION OF MOLEFI KETE ASANTE: BETWEEN LIBERATION AND OPPRESSION

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p15-24

Resumo

Com este artigo, pretende-se discutir a concepção relativa à homossexualidade apresentada por uma das correntes filosóficas mais destacadas da contemporaneidade: o Afrocentrismo. Esta corrente, inspirada na lição de Cheikh Anta Diop, tem sido desenvolvida pelo afro-americano Asante, que a concebe como paradigma alternativo ao eurocêntrico, visando libertar as mentes dos africanos (do continente e da diáspora) das influências ocidentais, enraizadas na experiência colonial e da escravatura. Entretanto, um dos limites que, na visão dos autores, este paradigma encontra, reside na negação da dignidade da homossexualidade e dos homossexuais, com base numa suposta tradição africana. O artigo procura, portanto, demonstrar as profundas ambiguidades do Afrocentrismo sobre este assunto, colocando a questão da homossexualidade como central para que o elementar direito de opção sexual seja livre e possa ser aceite na cultura africana.

Palavras-chave: Homossexualidade. Afrocentrismo. Asante. Cultura Africana. Dignidade Humana. Liberdade Sexual.

Abstract

This article aims to discuss the conception of homosexuality as presented by Afrocentricity, one of the most important philosophical currents of contemporary times. Inspired by Cheikh Anta Diop, this current has been developed by the Afro-American philosopher Asante, who conceives it as an alternative paradigm to the Eurocentric one. Asante's main goal is to free African minds (living in the continent as in the diaspora) from Western influences rooted in the experience of colonialism and slavery. However, one of the limits of this paradigm, according to the authors, is connected to the denial of dignity in respect to homosexuality and homosexuals, alleging a supposed African tradition. The article seeks to show the deep ambiguities of Afrocentricity in relation to the issue here approached, considering homosexuality as a pivotal question in order to guarantee the basic right of sexual option, which should be accepted by African cultures.

Keywords: Homosexuality. Afrocentricity. Asante. African Culture. Human Dignity. Sexual Freedom.

Luca Bussotti

Investigador Auxiliar CEI-ISCTE IUL, Lisboa.

E-mail: Lbiau@iscte.pt.

António Tembe

Mestrando Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Jornalista da Rádio Moçambique.

E-mail: tembeant@gmail.com.

Introdução

Com este artigo, visa-se refletir sobre um assunto que, nos dias atuais, se reveste de uma importância cada vez maior. A homossexualidade, vista como possibilidade de livre escolha de tipo sexual, está a abanar muitos países, ocidentais ou não, basicamente por uma razão: se, por um lado, os “tradicionalistas” (geralmente filiados a pertencas religiosas de várias naturezas) defendem uma ideia da composição da família como núcleo que compreende os pais e os seus filhos, por outro, tendências recentes estão a pôr em causa esta conceção, introduzindo elementos de descontinuidade. De acordo com estas últimas, pode-se falar de família mesmo se composta por duas pessoas do mesmo sexo, não sendo suficiente ser tolerante em relação a opções sexuais “diferentes”, mas sim criar legislação sobre a temática, pondo ao mesmo nível essas formas de convivência com o matrimónio de tipo heterossexual. Esta situação já está presente em diversos países, tais como: Holanda, Dinamarca, Bélgica, Canadá, África do Sul, e está a originar discussões em outros, como Espanha, França e Itália. Mesmo em termos linguísticos, hoje em dia a palavra “homossexualismo” caiu em desuso, pois subentendia uma aceção pejorativa, relacionada com a esfera da doença, do desvio das regras sexuais e sociais julgadas como “normais” e, portanto, a necessitar de um tratamento e de uma correção. Os termos “homossexualidade” ou “homoafetividade” pressupõem, pelo contrário, uma conceitualização não negativa de uma atração física, afetiva, emotiva por pessoas do mesmo sexo.

A homossexualidade pode ser considerada como sendo um fenómeno universal; estudos sólidos apontam para provas cada vez mais evidentes de fenómenos de homossexualidade mesmo entre os animais (SPENCER, 1999). No entanto, existem conotações culturais específicas, de acordo com os hábitos de cada grupo humano. A reflexão em volta deste fenómeno constitui um aspeto essencial do pensamento contemporâneo (RUSE, 1988; SINGER, 2006).

Assim sendo, o objetivo desse artigo é perceber como é que uma parte significativa do pensamento africano (ou afro-americano), representada pelo Afrocentrismo formulado por Asante, lida com tal assunto. Esta corrente cultural tem um objetivo básico: libertar o povo africano

da opressão ocidental, numa primeira fase eliminando as piores formas de exploração direta do homem pelo homem (escravatura, colonialismo), hoje afirmando a necessidade de uma libertação das mentes desse povo, ainda presas pelo paradigma eurocêntrico e pelas suas falsas verdades (ASANTE, 2003).

Neste breve escrito, procura-se demonstrar como a questão da homossexualidade abre uma contradição insanável na edificação do paradigma afrocêntrico, pois Asante a concebe de acordo com os parâmetros daquela cultura ocidental, que ele próprio pretende ultrapassar.

A nossa análise desenvolver-se-á como se segue: na primeira parte, procuraremos apresentar uma breve conceitualização dos dois principais termos aqui utilizados, “Homossexualidade” e “Afrocentrismo”, traçando um sintético quadro de como a temática da homossexualidade tem sido abordada ao longo da história do pensamento filosófico. Na segunda parte, far-se-á uma análise crítica de como Asante e outros afrocentristas consideram a homossexualidade, destacando as contradições em que eles caem. Finalmente, apresentaremos as conclusões.

Conceitualização: Homossexualidade e Afrocentrismo

Nesta secção, pretende-se esclarecer os dois conceitos fundamentais presentes no artigo, a saber: “Homossexualidade” – com algumas referências de tipo histórico – e “Afrocentrismo”.

Homossexualidade. A palavra “Homossexualidade” designa pessoas com uma orientação sexual virada para indivíduos do mesmo sexo. Embora, no que concerne às mulheres, a designação de “lésbicas” seja igualmente válida, o termo “Homossexual” aplica-se a pessoas de ambos os sexos.

Provavelmente, a palavra foi cunhada por Karoly Maria Benkert, que, em 1869, sob o apelido de Kertbeny, enviou três cartas ao Ministro da Justiça da Prússia, como sinal de protesto contra a extensão a todo o país do artigo 175, que punia os relacionamentos sexuais entre os homens. A palavra teve sucesso e difusão, e foi escolhida em relação a outras mais corretas, tais como “homogénico” ou “homogéneo”, usadas por Edward Carpenter, um socialista fabiano inglês (1844-1929), defensor dos direitos dos homossexuais, que vivia numa comunidade *gay* perto de Sheffield, tendo sido também autor de uma

obra fundamental sobre a influência nefasta da sociedade em relação à natureza humana (CARPENTER, 1891); ou também “androtropo” e “ginotropa”, usadas por Kurt Hiller (1885-1972), um dos primeiros pacifistas alemães, defensor dos direitos dos homossexuais e autor de um discurso “clássico”, aquando do Segundo Congresso Internacional para Reforma Sexual, em Copenhaga (LAURITSEN, 1995).

Em termos etimológicos, “homossexual” é uma palavra composta por duas partes: a primeira tem origens gregas, a segunda, latinas. De acordo com Waive, o termo e seus derivados foram divulgados por Gustav Jaeger, que usou a palavra “heterossexualismo” na segunda edição da *Entdeciung der Seele* de 1880. O conceito e o termo “homossexual” difundiram-se ainda mais graças ao *affaire-Eulenburg*, ao longo dos anos 1907-1909, em que o primo e conselheiro do Kaiser Guilherme II, o Príncipe Felipe de Eulenburg, foi chantageado por um jornalista judaico, Maximilian Harden, que tinha descoberto as suas tendências homossexuais. Em 1906, o assunto torna-se público, através de dois artigos no jornal “Die Zukunft”, em que o acusava abertamente (embora usando pseudónimos) de manter uma relação homossexual com o Comandante militar de Berlim, Bruno von Molkte. Em 1907, as reais identidades dos dois foram reveladas com novos artigos. Os processos que se abriram foram inconclusivos, pois foi considerado inconveniente fazer com que o judeu Harden não emergisse como o de herói da pátria e dos bons costumes, pondo em graves dificuldades boa parte das altas hierarquias do Império, a partir da figura do próprio Kaiser (OLIARI, s.d).

De forma geral, o debate serviu para que a Prússia – e a Europa ocidental no seu todo – refletissem em torno de um assunto que, até à altura, tinha ficado à margem ou até na sombra das discussões públicas. Nos outros países europeus, o termo afirmou-se rapidamente: a partir de 1893, foi usado em França e em Inglaterra, enquanto na Itália terá sido utilizado, pela primeira vez, por Enrico Morselli em 1894, embora o adjetivo “homossexual” tenha sido usado por Carrara em 1892, referindo-se a “relacionamentos homossexuais” (MILLETTI, 1966).

Hoje em dia, o debate sobre o assunto abrange tendências culturais, religiosas, filosóficas e jurídicas diversas; simplificando a questão, é possível distinguir entre os “essencialistas” (BOSWELL, 1980), que

forneem uma explicação “natural” do fenómeno, e os “historicistas” (FOUCAULT, 1980; 1985; 1986), que enfatizam os fatores culturais e históricos da modernidade como origem da homossexualidade na sociedade atual. Por exemplo, na sua leitura, Foucault realça que as escolhas sexuais referentes a sexos diferentes não se excluíam mutuamente na Grécia antiga e que o mais importante era alcançar o prazer, independentemente de isso acontecer a partir de um relacionamento de tipo heterossexual ou homossexual. Daí a ideia de que apenas em época cristã e, depois, moderna, a homossexualidade vinha a ser considerada como mal em si (FOUCAULT, 1985).

De acordo com a doutrina católica oficial, a homossexualidade tem de ser mais bem definida como “homossexualismo”, ou seja, com uma conotação patentemente negativa e inferior. A visão cristã da relação amorosa, destinada especialmente para a procriação, criou condições para que, ao longo dos tempos, as sociedades aprovassem somente a opção heterossexual, hostilizando as outras. Basta olharmos para os textos bíblicos que fazem menção à união marital e que defendem a ideia de procriação como causa última desta relação: “*multiplicai-vos, enchei e dominai a terra*” (BÍBLIA SAGRADA, GÊNESIS, 1, 28). Esta tendência continuou até aos nossos dias.

Na sua Carta Encíclica, Paulo VI diz:

El matrimonio no es, por tanto, efecto de la casualidad o producto de la evolución de fuerzas naturales inconscientes; es una sabia institución del Creador para realizar en la humanidad su designio de amor. Los esposos, mediante su recíproca donación personal, propia y exclusiva de ellos, tienden a la comunión de sus seres en orden a un mutuo perfeccionamiento personal, para colaborar con Dios en la generación y en la educación de nuevas vidas (PAULO VI, 1968).

João Paulo II, no *Catecismo da Igreja Católica* (1992), tem definido esta tendência como “intrinsecamente desordenada”: devendo os homossexuais abster-se de qualquer forma de relação sexual (LIMA, 2006: 2).

No mundo muçulmano, a postura em relação à homossexualidade não difere muito da da ótica cristã: como bem esclarece Bryant, esta prática não deixa de ser um pecado (“sin”):

At no time – ele defende (BRYANT, 2013) – are we as a Muslim community to allow people to assume that Muslims legitimize homosexuality as something normal, natural or a valid lifestyle choice/sexual preference (...); it is 100 percent completely unacceptable.

Apesar de, recentemente, terem surgido grupos de fiéis muçulmanos que pretendem compatibilizar a fé com a sua tendência sexual (como o *site* muslimgay.org), a homossexualidade no Islão “remains largely unexplored (...) confined to a ‘culture of invisibility’” (SIRAJ, 2006: 202).

A confirmar isso, alguns dos estados islâmicos têm adotado até hoje a pena de morte para o pecado de homossexualismo: é assim nos Emirados Árabes Unidos, na Arábia Saudita e no Irão, enquanto na Malásia são previstos 20 anos de trabalhos forçados.

A cultura africana (se de “cultura africana” é possível falar no singular) parece também não deixar muitas dúvidas acerca do seu posicionamento face à homossexualidade. No continente africano, um conjunto de valores “tradicionais” e religiosos inferiorizam e infernizam a vida dos homossexuais.

Há países em que a homossexualidade é penalizada com a pena de morte, como acontece na Nigéria (morte por lapidação ou, nos casos menos graves, 100 chicotadas ou entre 4 e 14 anos de prisão) e no Sudão. Em outros casos, está prevista a prisão perpétua (Serra Leoa, Uganda) ou uma pena de muitos anos de detenção (Zâmbia, Tanzânia, Quênia, Malawi, Gibuti, Gâmbia), enquanto apenas na África do Sul o matrimônio homossexual é legalmente permitido.

Por sua vez, a Carta Africana dos Direitos Humanos, que os Estados acima mencionados assinaram, contraria as medidas punitivas face aos homossexuais. No seu Artigo 4.º, Capítulo I – Dos Direitos Humanos e dos Povos – a Carta diz que *A pessoa humana é inviolável. Todo o ser humano tem direito ao respeito da sua vida e à integridade física e moral da sua pessoa. Ninguém pode ser arbitrariamente privado desse direito.* Desta passagem, embora não tenhamos claramente a palavra homossexualidade, temos evidências que apontam para a sua proteção. Esta proteção deriva do facto de, tal como a heterossexualidade, a homossexualidade ser considerada

uma prática humana. Nas alíneas 1 e 2 do Artigo 3.º a Carta ainda refere “*Todas as pessoas beneficiam de uma total igualdade perante a lei. E Todas as pessoas têm direito a uma igual proteção da lei.*”

A homossexualidade é defendida pelo facto de ser uma manifestação dos Homens. O homossexual, assim como o heterossexual, são, antes de tudo, seres humanos, cuja vida deve ser preservada e a sua dignidade respeitada a todos os níveis. Sendo assim, é obrigação dos Estados proteger os homossexuais de qualquer tipo de intolerância. É também dever dos Estados africanos promover ações que visam à educação dos seus cidadãos no sentido de saber respeitar a liberdade dos outros.

A questão que se coloca é, portanto, a seguinte: como é que os Estados africanos, por um lado, promovem e assinam uma Carta entre as mais avançadas da humanidade, mas depois, internamente, a contradizem com práticas abertamente discriminatórias contra os homossexuais, pelo menos na sua maioria? Uma contradição semelhante caracteriza o pensamento do afrocentrismo asanteano em torno do mesmo assunto. É justamente sobre isso que nos iremos debruçar no ponto seguinte.

Afrocentrismo. Trata-se de uma corrente que está em discordância com as teorias – a partir da hegeliana – que relegam o conhecimento africano para um plano secundário, senão mesmo para um último plano, em benefício do conhecimento europeu. O Afrocentrismo defende que as culturas e os povos africanos devem ser vistos não como objetos das ciências históricas, mas como sujeitos e agentes da própria história (BUSSOTTI, 2007). O Afrocentrismo pretende contrariar as linhas hegelianas que eliminavam os africanos do mapa dos atores históricos (HEGEL, 1995), defendendo que a civilização de que se vangloriam os europeus faz parte do legado africano, que terá sido roubado no antigo Egito (JAMES, 1976). O Afrocentrismo, portanto, representa a tentativa de construir um paradigma alternativo ao Eurocentrismo, a partir dos valores africanos, até se vislumbrar a possibilidade de uma organização humana geral (ASANTE, 2003). O Afrocentrismo não defende que o mundo seja interpretado sob o ponto de vista de uma única perspectiva cultural, como no caso do eurocentrismo, mas que seja reconhecida a existência de uma cultura africana, cuja avaliação em termos de conhecimento e pensamento seja feita através da sua própria perspectiva, descartando a ideia de que o

pensamento africano possa ser representado como recetor de modelos culturais importados.

O conhecimento e a experiência devem, portanto, ser reavaliados do ponto de vista dos africanos, enquanto seres humanos ativos, capazes de conceber molduras próprias de pensamento e de experiência. Defende ainda que os africanos não podem e nem devem abdicar da sua cultura, seja relativamente às suas próprias referências históricas, seja às do grupo em que estão inseridos.

Assim se explica o facto de o Afrocentrismo ter a intenção de reconquistar todos os valores da dignidade humana do africano. Tal dignidade não pode ser vista de forma compartimentada, dado que o homem se deve assumir como ser humano de uma maneira muito complexa que não admite formas reducionistas, tais como as propostas pelo racionalismo e materialismo ocidental, de Aristóteles até Cartesio ou o próprio Marx.

É neste sentido que o Afrocentrismo, a partir dos valores do “povo africano”, vai à *“human regeneration”*, propondo assim uma perspetiva de resgate global da humanidade. Mesmo no âmbito da comunicação, Asante destaca ter havido formas próprias e originais, por parte dos africanos e dos Afro-Americanos, tais como a capoeira, a língua *“Ebonics”*, música Jazz, como uma das maiores expressões de revolta dos negros, então deportados para América do Norte (ASANTE, 1998; 2003). A base desta cultura seria o antigo Egito, berço de África, assim como da inteira humanidade (OBENGA, 1990, com as respetivas críticas: LEFKOWITZ, 1997; HOWE, 1998).

O Afrocentrismo recusa qualquer tipo de tendência que se afaste da heterossexual. Asante, inclusive, recusa os casos de pessoas homossexuais, mas que simultaneamente estabelecem relações heterossexuais e que são, neste caso, designadas de bissexuais (NETO, 2001).

O Afrocentrismo tem recusado também qualquer hipótese de diálogo com movimentos de homossexuais e de repensamento da perspetiva completamente negativa com que estes costumam ser representados, e da qual pretendem sair, propondo uma conceção que valorize e dignifique a diferença e ultrapassando o paradigma da inferiorização (DOS ANJOS, 2002).

A homossexualidade na conceção de Asante

Nesta secção, pretende-se clarificar o modo como Asante chega a negar a dignidade dos homossexuais, excluindo-a de qualquer construção identitária de tipo afrocêntrico. Os argumentos que ele usa são de quatro tipos:

- a. o mais superficial diz respeito a uma antipatia geral para com a homossexualidade, de tipo subjetivo; na verdade, trata-se de um argumento duplamente “negacionista”;
- b. o segundo argumento é de tipo histórico: a homossexualidade nunca fez parte das tradições africanas, sendo, portanto, fruto do colonialismo ocidental;
- c. o terceiro é de tipo “genético”, ou seja, alicerçado no pressuposto de que o homem e a mulher pretos seriam diferentes, do ponto de vista sexual, de todos os outros grupos humanos;
- d. finalmente, o argumento mais forte, do ponto de vista filosófico, é o de tipo identitário: os africanos devem ter uma identidade unívoca, centrada no afrocentrismo, receando qualquer outra de natureza diferente.

Relativamente ao primeiro, Asante afirma: *“...I do not support homosexuality as a way of life for black people”* (ASANTE, 2003: 4). Este argumento é amplamente contestável, pois é inconsistente e totalmente subjetivo. No entanto, é possível desenvolvê-lo mediante a análise das teses “negacionistas”, defendidas por Asante. A pergunta de partida tem de ser a seguinte: porque é que a homossexualidade não pode representar um modo de vida para os africanos ou para os afro-descendentes? A resposta deve ser procurada num duplo preconceito, de tipo sexual e rácico, de matriz tipicamente ocidental. Quais foram as representações que do homem negro a civilização europeia tem vindo a acumular, desde os primeiros “descobrimentos”? “Todo o seu corpo e movimento – sugere Marques Júnior – simbolizam o ato sexual e esta é a sua única qualidade” (MARQUES JÚNIOR, 2011: 185). Assim como a mulher africana é representada como emblema de fertilidade, o homem é identificado com a virilidade e a potência sexual. A este estereótipo acrescenta-se outro, de tipo rácico: um *gay* preto não trai apenas a categoria dos homens, mas também a dos

negros. Assim, “ele macula sua negritude simbolizada pela potência sexual” (IDEM: 186). Com base nesses dois preconceitos, Asante formula a sua tese “negacionista”, interiorizando os piores estereótipos ocidentais que pretende combater e acabando paradoxalmente por assumir um posicionamento eurocêntrico.

No que diz respeito ao argumento histórico, Asante afirma: “*Homosexuality and lesbianism are the deviations from afrocentric thought because they often make the person evaluate his or her own physical needs above the teachings of national consciousness*” (ASANTE, 2003: 72). Realça ainda que a discussão sobre o tema em África tem sido conduzida por interesses ocidentais, e não africanos, uma vez que a natureza africana se centra na vida e na sua reprodução, o que se torna impossível com a homossexualidade (ASANTE, 2009). Este argumento é fraco e desprovido de uma sólida base filosófica, originando generalizações e contradições. Com efeito, a ênfase na vida e no ato sexual como algo válido, enquanto instrumento necessário à reprodução, não é típica da cultura africana, sendo partilhada por quase todas as confissões religiosas, em primeiro lugar a cristã.

Para além dessa generalização inadequada, Asante cai numa verdadeira contradição no que diz respeito à conceção última do ato sexual: se este tem de ser orientado para a simples reprodução, significa que é meramente “instrumental”, desvalorizando a componente amorosa e o envolvimento afetivo e emotivo. Sendo assim, cria uma discrepância de tipo aristotélico entre o corpo (máquina de reprodução) e a mente. Em suma, ele acaba concordando com a ideia cristã de ato sexual e, por isso, exclui a homossexualidade da sua perspetiva afrocêntrica.

Neste sentido, o autor partilha as ideias de pura intolerância que vários líderes africanos já expressaram, tais como Mugabe, que definiu os homossexuais como “worse than dogs and pigs” e produto das influências ocidentais; Arap Moi, que classificou o fenómeno como “against African tradition and biblical teachings”; ou Olusegun Obasanjo, que, numa assembleia de bispos nigerianos em 2004, os convidou a emitir um pronunciamento contra a homossexualidade como sendo “clearly un-Biblical, unnatural and definitely un-African” (HRW, 2008: 9-10).

Estes e muitos outros posicionamentos revelam que a larga maioria dos Estados africanos tem condenado a homossexualidade, alegando, por um lado, motivos

de contrariedade às tradições africanas e, por outro, às tradições religiosas, usando também o argumento do antiocidentalismo. O conjunto das motivações alegadas oferece, portanto, um quadro incoerente: como conciliar ensinamentos bíblicos, tradicionalismo africano e antiocidentalismo na cruzada contra a homossexualidade?

Hoje em dia, há alguns elementos que surgem de modo mais nítido: por um lado, a homossexualidade faz parte, pelo menos de algumas culturas africanas, desde os tempos primordiais; por outro, a codificação e a repressão brutal dessa tendência têm sido fortemente influenciadas pelas potências ocidentais colonizadoras, tais como a britânica (HRW, 2008).

Certos estudos, principalmente de tipo antropológico, têm demonstrado que a homossexualidade tem lugar nas tradições africanas. Evans-Pritchard assinalou que os Azandes, na atual região do Congo, utilizavam a prática das “boy-wives”, em que adolescentes até os 17-18 anos costumavam dormir com o sogro (EVANS-PRITCHARD, 1976); mesmo entre os Fangs do atual Gabão, como escreveu Tessman em 1913 (TESSMANN, 1997), havia hábitos que permitiam a homossexualidade entre adolescentes. Desta forma, “the heterosexual/homosexual split so entrenched in western societies becomes even harder to peg to African cultures when one is dealing with cases of gender display that are out of sync with an individual’s biological sex” (PATRON, 1995). Em épocas ainda mais remotas, em 4390 a. C., na tumba de Saqqara, no antigo Egito, murais ali encontrados representam dois homens em relações íntimas, fazendo chegar à conclusão de que “Egypt has a rich homosexuality history” (MEERSMAN, 2012). Uma fonte extremamente respeitada defende que práticas homossexuais institucionalizadas foram descobertas entre os Mashonga (falantes Swahili) e os Yan Daudu (falantes Hansa) (ABIOLA IRELE, JEYIFO, 2010).

Asante, por sua vez, defende a tese de acordo com a qual teria sido o colonialismo ocidental a introduzir no meio africano a homossexualidade. Contudo, ao contrário do que Asante defende, o colonialismo não trouxe a homossexualidade para África, mas sim a sua criminalização juridicamente fundada, com o objetivo de controlar sexualmente e socialmente os indígenas, reconduzindo-os a costumes julgados mais apropriados à moral comumente aceite.

Do ponto de vista genético, Asante apoia-se numa suposta tradição africana isenta da homossexualidade, o que teria como consequência o facto de os africanos serem geneticamente diferentes dos outros povos, pois seriam os únicos em que só haveria tendências heterossexuais (MEERSMAN, 2012). Uma tal ideia enceta cenários preocupantes, dado que poderiam levar à formulação de uma nova forma de racismo e de separatismo entre grupos humanos. Recentemente, na África do Sul, houve um episódio que, pela primeira vez e de forma tão explícita, visou juntar homossexualidade e tradição, constituindo um sério entrave para a formulação homofóbica de Asante: um casal de jovens homossexuais decidiu casar formalmente, na cidade de Kwa-Duzuka, mediante o rito tradicional zulu, que inclui o vestuário e o cerimonial, com o sacrifício de um boi e as danças típicas da região do Natal (S.A., 22/06/2013).

Finalmente, o argumento identitário é provavelmente o mais coerente no interior da concepção asanteana da homossexualidade, o que não o impede de ter também contradições práticas e teóricas. Escreve Asante: *“If we take the paradigm of location as a starting place, we see that the gay and lesbian communities often place their sexual preferences and orientations before their nationalism”* (ASANTE, 2003: 72). Na sua plataforma teórica, Asante tem enfatizado um aspeto central: o afrocentrismo constitui um modo de pensar e de agir tipicamente africano e dirigido a tutelar os interesses dos africanos. Analisando as outras correntes de pensamento que têm deixado um marco relevante na história da humanidade, ele aborda os universalismos concorrentes: cristianismo, islamismo, marxismo, procurando mostrar que o africano que tenha aderido a um deles não pode afirmar em pleno a sua africanidade. Nesse caso, ele é africano, mas não afrocêntrico. Para que essa passagem fundamental ocorra, ele tem de se livrar de todas as influências negativas “externas”, alheias à sua cultura. Por isso, a adesão ao afrocentrismo implica ter uma identidade não tanto prevalente, quanto única. Com base nessa “essência”, o homem afrocentrado poderá percorrer o caminho da verdade, que Asante define de “Njia”, utilizando os instrumentos típicos da sua cultura, especialmente o “Nommo”, a Palavra e a comunicação autênticas (ASANTE, 2003). A corrente filosófica transforma-se, portanto, numa verdadeira religião, que

não admite identidades plurais.

Neste sentido, urge questionar, como Asante cai numa dupla contradição, prática e teórica, ao mesmo tempo?

Na vertente prática, é suficiente citar um trecho de uma pesquisadora afrocentrista lésbica: *“I was constantly conflicted with the claims made by Asante. I struggled both inwardly and outwardly as I attempted to negotiate my Afrocentric and lesbian identities. Could I not be both? Did I have to prefer one over the other?”* (CUTTS, 2013). O problema que a pesquisadora afro-americana levanta é simples: porquê negar uma parte da sua identidade (a de tipo sexual), anulando-a em prol da de tipo cultural? Como diria Kymlicka (KYMLICKA, 1995), o ser humano contemporâneo é composto por identidades múltiplas, que pretendem responder à complexidade do real que nos rodeia. Reduzir este ser apenas a uma delas seria uma evidente simplificação, que ia ter como único resultado o de levar a conflitos interiores dificilmente superáveis.

Do ponto de vista teórico, a contradição é ainda mais profunda. Em todos os seus escritos, Asante defende a ideia do africano como ser humano considerado na sua plenitude e globalidade, de acordo com uma visão sistémica e holística. Isto pressupõe a harmonia do indivíduo consigo mesmo e com o mundo da natureza, segundo o ensinamento dos antigos Egípcios (ASANTE, 2003; OBENGA, 1990). Deriva daqui toda uma série de preceitos e de comportamentos, assim como uma verdadeira ética, com base na tradição, na história e na procura de um caminho de paz. Esta antropologia filosófica, proposta por Asante, constitui um desafio relativamente ao homem ocidental, constantemente preso entre o mundo da materialidade, o frenesi do seu dia a dia, a desvalorização das suas atividades cerebrais, a ausência de ética. Entretanto, para que um indivíduo se sinta em paz consigo próprio, é necessário que expresse em pleno todas as suas potencialidades e propensões: a de tipo sexual é certamente uma delas. Se, portanto, este indivíduo opta pela homossexualidade, seria contraproducente negar-lhe esta possibilidade, este direito e esta prerrogativa, sob pena de o ver não realizado, frustrado e eternamente em conflito consigo mesmo e, conseqüentemente, com os outros. A humanidade criada a partir desta repressão cultural forçada seria pior que uma em que todos pudessem livremente expressar as suas opções sexuais de forma consciente e

sem interiorizar inúteis sentidos de culpa. Resta ver se esta possibilidade pode concretizar-se no seio de uma cultura que se apresenta como autenticamente africana.

Reflexões conclusivas

Com esta breve contribuição, pretendeu-se abordar o tema da homossexualidade de acordo com a ótica do afrocentrismo de Asante. A conclusão a que se chegou é a de que, negando a possibilidade de aceitar a homossexualidade como prática normal entre os homens e, portanto, mesmo entre os africanos, Asante tem levantado muitos mais problemas do que propriamente soluções, quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista teórico.

No próprio continente africano, vimos que as atitudes dos diferentes Estados são díspares, prevalecendo todavia uma postura de dura repressão, embora o país líder na luta para combater os abusos perpetrados contra o ser humano, a África do Sul, admita o casamento homossexual por lei. A Carta Africana dos Direitos Humanos nega discriminações com base no sexo, colocando-se na esteira das grandes declarações que visam promover os direitos do homem.

Asante e outros “essencialistas” da africanidade colocaram-se ao lado dos que defendem posições homofóbicas, abrindo uma contradição ética e lógica no seio do Afrocentrismo. Entretanto, os argumentos que Asante usa em defesa dessa sua tese revelaram-se fracos e inconclusivos, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista cultural e identitário.

Uma tal antropologia filosófica do homem africano leva, portanto, a delinear um indivíduo mono-identitário, ignorando que, à complexidade hodierna, a resposta só pode ser a de um ser humano (e africano) multicultural, o que inclui também a identidade sexual.

Sendo assim, o Afrocentrismo acaba por ter um resultado contrário aos seus objetivos: um movimento que “acorrenta” ao invés de libertar algumas minorias (neste caso de tipo sexual), reproduzindo a mesma lógica repressiva que visa o controlo social, típica das potências ocidentais colonizadoras do continente africano.

Melhor seria procurar construir um futuro baseado na igualdade de Direitos para todos, valorizando e não reprimindo as diferenças, numa perspetiva histórica

que visasse construir uma nova cosmovisão na vida dos africanos (NGOENHA,1993).

Bibliografia

ABIOLA IRELE, Francis, JEYIFO, Biodun (2010). *The Oxford Encyclopedia of African Thought*. Oxford University Press, Oxford.

ASANTE, Molefi Kete (1998). *The Afrocentric Idea*. Temple University Press, Philadelphia.

_____. (2003). *Afrocentricity, The theory of social change*. African American Images, Chicago.

ASANTE, Molefi Kete & AZAMA, Ama (Eds.) (2009). *The Encyclopedia of African Religion*. Sage, Thousands Oaks.

BÍBLIA SAGRADA, GÊNESE, *Livro 1, Versículo 28*, <<http://bvespirita.com>>, acessado 31/01/2014.

BOSWELL, John (1980). *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*. The University of Chicago Press, Chicago.

BRYANT, Gareth (2013). *The Gay-Mulism Phenomenon. Why Islam Considers Homosexuality a Sin*. <www.pathoes.com>, acessado em 12/06/2013.

BUSSOTTI, Luca (2007). *A Construção de um novo paradigma. O Afrocentrismo como alternativa ao Eurocentrismo?* “Summa” 3/2007, pp 19-40.

CARPENTER, Edward (1891). *Civilization: Its Cause and Cure, and Other Essays*. Allen & Unwin, London.

CUTTS, Qiana (2013). *In Two Places at Once: Autoethnographic Exploration of Afrocentric Lesbian Identity*. Paper presented at the annual meeting of the 35th Annual National Council for Black Studies, The Westin, Cincinnati, OH, 16/03/2013.

- DOS ANJOS, Gabriele (2002). *Homossexualidade, direitos humanos e cidadania*. "Sociologias", a. 4, N. 7, Jan.-Jun. 2002, 222-252.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (1976). *Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande*. Oxford, Oxford University Press.
- FOUCAULT, Michel (1980). *The History of Sexuality. Volume One: An Introduction*. Translated by Robert Hurley, Vintage Books, New York.
- _____. (1985). *The History of Sexuality. Volume Two: The Use of Pleasure*, Pantheon Books, New York.
- _____. (1986). *The History of Sexuality. Volume Three: The Care of the Self*, Pantheon Books, New York.
- HOWE, Stephen (1998). *Afrocentrism: Mythical Past and Imagined Homes*, Verso, London.
- HRW (HUMAN RIGHTS WATCH). (2008). *The alien legacy. The Origins of "Sodomy" Laws in British Colonialism*. HRW, USA.
- JAMES, George (1954). *Stolen Legacy*. Philosophical Library, New York.
- KYMLICKA, Will (1995). *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*, Clarendon Press, Oxford.
- LAURITSEN, John (1995). *A 1928 Gay Right Speech*. In: LAURITSEN, John and THORSTAD, David, *The Early Homosexual Rights Movement (1864-1935)*, New York 1974. Second edition, revised, Ojai, California 1995.
- LEFKOWITZ, Mary (1997). *Not Out of Africa*. Basic Books, New York.
- LIMA, Luís Correa (2006). *Homossexualidade e Igreja Católica*, "Em Debate", 04/2006, <www.diversidadecatolica.com.br>, acessado em 09/02/2014.
- MARQUES JÚNIOR, Joilson Santana (2011). *Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros?*, "Em Pauta", Vol. 9, N. 28, pp. 183-194, dezembro de 2011.
- MEERSMAN, Brent (2012). *Homosexuality is African*, "Mail & Guardian Online", 26/03/2012.
- MILLETTI, N. (1966). *Tribaldi & socie: la sessualità femminile non conforme nei termini e nelle definizioni*, "Rivista di Scienze sessuologiche", n. 1-2, 1966.
- NETO, Felix (2001). *Psicologia Social*, 1ª ed. Universidade Aberta, Lisboa.
- NGOENHA, Severino (1993). *Das Independências às Liberdades (Filosofia Africana)*, Ed. Paulistas – África, Maputo.
- OBENGA, Théophile (1990). *La Philosophie Africaine de la Période Pharaonique 2 780-330 avant notre ère*, L'Harmattan, Paris.
- PATRON, Eugene (1995). *Heart of Lavender: In Search of Gay Africa*, "Harvard Gay and Lesbian Review", Fall 1995.
- PAULO VI. (1968). *Carta Encíclica Humanae Vitae*, Libreria Editrice Vaticana, Roma.
- PORTAL LGBT, acessado em 12/06/2013.
- OLIARI, Enrico (s.d.). *Il Principe di Eulenburg e la "Tavola rotonda"*. <www.oliari.com/storia/eulenburg.html>
- RUSE, Michael (1988). *Homosexuality: A Philosophical Inquiry*. Basil Blackwell, New York.
- S.A. (2013). *Africa's first traditional gay wedding: Men make history as they marry in full tribal costume...and say they can't wait to be parents*. "Mail Online", 23/06/2013, www.dailymail.co.uk, acessado em 20/06/2013.

SINGER, Peter (2006). *Homosexuality is Not Immoral*.
“Project Syndicate”, October 2006.

SIRAJ, Asifa (2006). *On being homosexual and Mulism: conflict and challenges*. In: OUZGANE, L. (Ed.). *Islamic Masculinity*, Zen Books, London.

TESSMANN, Gunther (1997). *Fang*. Musée Dapper, Paris.